

DÓLAR, O CENTRO DA DISPUTA PELO PODER GLOBAL

DENISE GENTIL

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9979-700X>.

E-mail: deniselg@uol.com.br.

Doutora em Economia, professora do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, pós-doutorado na Escola Nacional de Ciências Estatísticas ENCE/IBGE. Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, Brasil.

GILBERTO MARINGONI

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9417-7226>.

E-mail: gilberto.maringoni@ufabc.edu.br.

Doutor em História professor de Relações Internacionais na Universidade Federal do ABC – UFABC. São Bernardo do Campo, São Paulo, Brasil.

RESUMO: O sistema-mundo contemporâneo é marcado por uma rivalidade hegemônica crescente entre os Estados Unidos e a China, centrada no controle da ordem monetária global. A dinâmica da desdolarização, visível após a crise financeira de 2008, acelerou-se com a guerra na Ucrânia e as sanções ocidentais à Rússia, as iniciativas do BRICS, a *Belt and Road Initiative* e a política tarifária dos EUA. Este artigo situa a desdolarização na longa duração dos ciclos sistêmicos de acumulação, com base em Wallerstein, Polanyi e Arrighi. Evidências empíricas destacam três dimensões: comercial (moedas locais no comércio bilateral), financeira (transações de ativos e composição das reservas cambiais) e institucional (sistemas de pagamento alternativos, moedas digitais e o Novo Banco de Desenvolvimento). A financeirização da economia americana é a manifestação estrutural de um ciclo hegemônico em declínio e da desdolarização. O artigo conclui que, embora a transição permaneça indeterminada, o século americano já exhibe o "sinal de outono" característico do declínio sistêmico.

Palavras-chave: transição hegemônica, ciclos sistêmicos de acumulação, desdolarização, financeirização, economia mundial.

DOLLAR AND HEGEMONIC TRANSITION: THE STRUGGLE FOR GLOBAL POWER.

ABSTRACT: The contemporary world-system is marked by an intensifying hegemonic rivalry between the United States and China, centered on control of the global monetary order. The dynamics of de-dollarization, initially visible after the 2008 financial crisis,

accelerated with the war in Ukraine and Western sanctions on Russia, BRICS initiatives, Belt and Road Initiative, and U.S. tariff policy. This article situates de-dollarization within the *longue durée* of systemic cycles of accumulation, drawing on Wallerstein, Polanyi, and Arrighi. Empirical evidence highlights three dimensions: commercial (local currencies in trade), financial (changes in asset transactions and foreign reserve composition), and institutional (alternative payment systems, digital currencies, and the New Development Bank). The financialization of the U.S. economy is interpreted as the structural manifestation of a hegemonic cycle in decline. The article concludes that while the trajectory of this transition remains indeterminate, the American century already exhibits the “autumn signal” characteristic of systemic decline.

Keywords: hegemonic transition, systemic cycles of accumulation, de-dollarization, financialization, world-economy

INTRODUÇÃO

Estamos em meio a uma guerra de movimento de grandes proporções no cenário global, sem regras ou parâmetros claros, entre Estados Unidos e China. Seus impactos incidem de forma diferenciada em diversos países, seja através de conflitos bélicos, seja através de guerras econômicas. Quando parecia que nenhum país iria resistir ao poderio militar, produtivo e tecnológico dos Estados Unidos, iniciou-se uma acirrada disputa pela hegemonia. A China mostra-se hoje como potencial polo alternativo de poder planetário.

No presente artigo destaca-se que a síntese do enfrentamento é o poder sobre a moeda global. O sinal mais evidente está no crescente e defensivo impulso de desdolarização pós-crise de 2008. Ele tem ganhado tração com o surgimento do BRICS (2009), com o forte dinamismo da economia chinesa, com a guerra na Ucrânia (2022) e como reação às sanções contra a Rússia. Nesse país e na China, o Estado tem atuado como instrumento fundamental na contenção do imperialismo financeiro e do uso do dólar como arma de guerra.

Nos EUA, uma frente nucleada pela Casa Branca envolve o complexo industrial-militar, agentes do mercado financeiro e as *big techs* sob a bandeira do supremacismo monetário e da chantagem tarifária. O objetivo é preservar o *privilégio exorbitante do dólar* no sistema financeiro internacional, como classificou o ex-presidente francês Valéry Giscard d’Estaing, nos anos 1960.

O presente artigo busca responder as seguintes questões: Que fatores históricos e geopolíticos impulsionam o embate que pode colocar em xeque a supremacia do dólar? Como a desdolarização pode ser constatada nas dimensões comercial, financeira e institucional e quais as dinâmicas envolvidas?

A pesquisa baseia-se na hipótese de que a política externa de Washington ampliou a percepção dos riscos da dependência do sistema dólar a que os países estão submetidos, a partir os bloqueios sofridos pela Rússia, desde 2022. Somam-se como vítimas desse cerco Irã, Belarus, Coreia do Norte, Venezuela e Cuba, sancionados há décadas.

As incertezas aumentaram após a oscilante política tarifária do governo Trump, que acarreta desestruturação no comércio e nas cadeias produtivas globais, volatilidades cambiais, enormes perdas nas bolsas e instabilidade no mercado de títulos da dívida pública dos EUA (*US Treasures*). Por outro lado, o século XXI tem sido marcado por uma reconfiguração estratégica global em que China e Rússia, embora com interesses nem sempre idênticos, desenvolveram táticas convergentes para enfrentar ameaças geopolíticas do Ocidente. No caso da Rússia, a rejeição à ordem unipolar liderada pelos EUA resultou na confrontação militar com a OTAN, na Ucrânia. Nesse cenário, reduzir a dependência da moeda hegemônica e transitar para um sistema monetário e financeiro alternativo tem exigido movimentos de várias ordens. As táticas vão desde a criação de plataformas alternativas ao SWIFT, como são o CIPS da China ou o SPFS da Rússia, o uso de moedas locais no comércio bilateral, até o apelo a moedas digitais soberanas (CBDC). Mas tais condições necessárias estão longe de serem suficientes. Um sistema monetário só se altera no bojo de profundas mudanças na configuração do poder global.

A metodologia utilizada se pautará na investigação dos fatores históricos, econômicos e geopolíticos que caracterizam a possível passagem para uma nova ordem mundial. Será utilizado o método histórico-estrutural, com base na análise de longo prazo, influenciada por autores como Immanuel Wallerstein, Karl Polanyi e Giovanni Arrighi. As transições hegemônicas do sistema capitalista são investigadas como fenômenos estruturais submetidos a rivalidades interestatais, competições interempresariais e à dinâmica dos conflitos entre classes sociais. Os fatos históricos analisados são secundados por informações econômicas da base de dados do World Bank Open Data, FMI, BEA, UNCTAD, OCDE e outras, para ilustrar, com variáveis econômicas, as mudanças estruturais e demonstrar a formação de uma coalizão de países na busca por soberania monetária, financeira e produtiva.

1. A GRANDE TRANSFORMAÇÃO

Em toda História, o planeta conheceu apenas dois padrões monetários, o da libra esterlina, durante a hegemonia britânica, e o dólar, a partir da supremacia estadunidense. Ao comentar a derrocada do mundo comandado por Londres até o início do século XX, Karl Polanyi argumentou sobre a centralidade do padrão-ouro, que garantia credibilidade à libra:

O colapso do padrão-ouro internacional foi o elo invisível entre a desintegração da economia mundial na virada do século e a transformação de toda uma civilização na década de 1930. (...) Quase ninguém compreendeu a função política do sistema monetário internacional, e a terrível rapidez da transformação tomou o mundo completamente de surpresa. (...) Para os economistas liberais, o padrão-ouro era uma instituição puramente econômica; eles se recusavam a vê-lo, sequer, como parte do mecanismo social. Os países democráticos foram, assim, os últimos a compreender a verdadeira natureza da catástrofe, e os mais demorados no combate aos seus efeitos. (...) Em outras palavras, a falência da própria economia de mercado ainda lhes escapava. (POLANYI, 2000: 36)

Atualmente, num momento em que a economia chinesa demonstra invulgar dinamismo produtivo e tecnológico e pleno controle estatal sobre seu sistema financeiro, fica claro o que move, em última instância, a disputa central no plano internacional: o poder sobre a moeda.

O 17º. Congresso do Partido Comunista da China, em 2007, marcou uma alteração na estratégia de desenvolvimento nacional: o setor exportador deixaria de ser o polo dinâmico da economia. A partir dali, consolidou-se um projeto desenhado desde a virada do século, de elevação dos padrões de vida da população e de crescimento do mercado interno que, entre outras características, impediu que o país fosse tragado pelo mergulho depressivo de 2008. A China emergiu como um *player* global influente, capaz de rivalizar com os EUA, em especial nas áreas de alta tecnologia. Pequim iniciou então um movimento de internacionalização do renminbi, firmando acordos bilaterais de *swap* cambial e promovendo seu uso no comércio internacional.

2. HEGEMONIA E TRANSIÇÃO HEGEMÔNICA

A noção de hegemonia é anterior ao advento das Ciências Sociais no século XIX e origina-se dos meios militares. Tucídides, em *A história da guerra do Peloponeso*, escrita entre 460 a.c. 450 a.c., assim busca defini-la:

(...) É dever dos detentores da hegemonia, ao mesmo tempo que deliberam equitativamente sobre seus próprios interesses, dar atenção especial aos interesses gerais, da mesma forma que em outras matérias eles são distinguidos mais que todos. (TUCÍDIDES, 2013: 69)

Buscando a genealogia histórica do conceito, Perry Anderson destaca:

O termo *gegemoniya* (hegemonia) era um dos lemas políticos centrais no movimento socialdemocrata russo do fim dos anos 1890 a 1917. A ideia ali contida começou a emergir nos escritos de Plekhanov, em 1883-1884, quando ele insistiu sobre a necessidade imperativa para a classe operária russa de travar um combate político contra o czarismo e não somente um combate econômico contra seus patrões.

(...)

O termo hegemonia era assim uma das mais usadas e familiares noções nos debates do movimento operário russo antes da Revolução de Outubro. Após a revolução, esse termo caiu quase em desuso no partido bolchevique - por uma razão muito evidente. Forjado para teorizar o papel da classe operária em uma revolução burguesa, ele tornou-se inoperante com o advento de uma revolução socialista. (ANDERSON, 2002: 26-29)

O debate sobre hegemonia voltou às formulações marxistas a partir das concepções de Antonio Gramsci sobre o problema da revolução como forma da conquista do poder pela classe operária em sociedades complexas. Escrevendo na primeira metade dos anos 1930, Gramsci investia contra o “terceiro período” da III Internacional, diretriz sectária e isolacionista recomendada aos partidos comunistas de todo o mundo. Na conhecida passagem dos *Cadernos do cárcere* em que expõe os conceitos de guerra de posição e de guerra de movimento, Gramsci apresenta os distintos contextos entre a Rússia czarista e a Europa Ocidental:

No Oriente, o Estado era tudo, a sociedade civil era primitiva e gelatinosa; no Ocidente, havia entre o Estado e a sociedade civil uma justa relação e, ao oscilar o Estado, podia-se imediatamente reconhecer uma forte estrutura da sociedade civil. O Estado era apenas uma trincheira avançada, por trás da qual se situava uma robusta cadeia de fortalezas e casamatas; em medida diversa de Estado para Estado, é claro, mas exatamente isto exigia um acurado reconhecimento de caráter nacional. (GRAMSCI, 2017: 262).

Assim, o dirigente buscava estabelecer a necessidade do emprego de táticas específicas para a revolução operária em sociedades pautadas pela estabilização do capitalismo maduro. Tão importante quanto o uso da força – ou da coerção – estaria o convencimento ou consenso de largos setores oprimidos da sociedade. Como sublinha Perry Anderson:

O sistema é mantido pelo consenso e não pela coerção. Assim, a tarefa principal dos militantes socialistas não é a de combater um Estado armado, mas converter ideologicamente a classe operária para libertá-la das mistificações capitalistas. (ANDERSON, 2002, p. 40)

Palmiro Togliatti apresenta visão complementar:

Uma classe dirigente realiza a sua própria direção de formas diferentes, não apenas de acordo com a diversidade das situações históricas mas também das diferentes esferas da vida social. Analogamente, uma classe subalterna, que age com o objetivo de conquistar a direção política, conduz uma luta pela hegemonia a diversos níveis e em todos os campos e pode mesmo suceder que, em determinados momentos e graças a circunstâncias especiais, consiga obter importantes sucessos mesmo antes de ter conseguido conquistar o poder político. (TOGLIATTI, 1975, p. 245)

O conceito de hegemonia em Gramsci leva em consideração alguns fatores fundamentais. Destaca-se a importância de formar uma classe dirigente que se mantenha pelo consentimento das massas e não apenas pela coerção. Sublinha a importância da direção cultural e ideológica (GRAMSCI, 1978 apud ALVES, 2010): a hegemonia pressupõe que o grupo dirigente leve em conta os interesses e as tendências dos grupos subalternos de forma que haja um certo equilíbrio de compromissos.

A supremacia de um grupo social se manifesta de dois modos, como ‘domínio’ e como ‘direção intelectual e moral’. O grupo social dominante tende a ‘liquidar’ ou a subjugar adversários, inclusive com a força armada, e dirige grupos aliados (GRAMSCI, 2002: 62-63). Portelli (1977: 69). O aspecto essencial da hegemonia se constitui na criação de um bloco ideológico coeso que permite a atração das demais camadas de intelectuais.

Giovanni Arrighi (1996; 2025), inspirado no conceito de Gramsci, formulado para um contexto nacional, cria uma construção teórico-histórica de hegemonia para o sistema-mundo. Arrighi pensa hegemonia no plano das relações interestatais, interpretando o poder de um Estado sobre outros na ordem mundial, sobretudo, para analisar a ascensão e declínio de grandes potências (Gênova, Holanda, Inglaterra e Estados Unidos).

Para ele, o conceito de hegemonia mundial refere-se

(...) à capacidade de um Estado exercer funções de liderança e governo sobre um sistema de nações soberanas. Em princípio, esse poder pode implicar apenas a gestão corriqueira desse sistema, tal como instituído num dado momento. Historicamente, entretanto, o governo de um sistema de Estados soberanos sempre implicou algum tipo de ação transformadora, que alterou fundamentalmente o modo de funcionamento do sistema. Esse poder é algo maior e diferente da ‘dominação’ pura e simples. É o poder associado à dominação, ampliada pelo exercício da ‘liderança intelectual e moral’” (ARRIGHI, 1996, p. 27).

Nesse raciocínio, a potência hegemônica exerce liderança não apenas por meio da força militar ou econômica. A hegemonia aqui também depende do consentimento dos dominados. Para isso, é preciso ter capacidade de organizar as regras e instituições capazes de reger e conduzir o sistema de Estados em uma direção desejada e fazer com que seus

interesses particulares sejam percebidos como expressão do interesse geral. Essa é, em Arrighi, a característica definidora das hegemonias mundiais.

As crises hegemônicas se caracterizam por três processos distintos (Arrighi e Silver, 2025): A. a intensificação da concorrência interestatal e interempresarial; B. a escalada dos conflitos sociais; e C. o surgimento intersticial de novas configurações de poder. Nas três transições de hegemonia mencionadas (holandesa, britânica e norte-americana) estão presentes um padrão que julgam ser a manifestação mais evidente da essência capitalista do sistema mundial moderno: a expansão financeira sistêmica.

Para Arrighi e Silver (2025) as expansões financeiras sistêmicas resultam de duas tendências complementares: a hiper acumulação de capital e a intensa competição entre os Estados pelo capital circulante. A repetição das expansões financeiras desde a mais remota origem do sistema capitalista moderno (as cidades-estados da Itália renascentista) foi anunciada pela primeira vez por Fernand Braudel.

Toda vez que os lucros do comércio e da produção se acumulavam ‘numa escala que ultrapassava os canais normais de investimento, o capitalismo financeiro ficava (...) em condições de assumir e dominar, pelo menos por algum tempo, todas as atividades do mundo dos negócios’ (BRAUDEL, 1984, p.: 604).

Mais adiante, o autor escreve: “Ao atingir esse estágio, todo o [grande] avanço capitalista (...) parece (...) anunciar sua maturidade”. A financeirização é um “sinal do outono” (BRAUDEL, 1984, p. 246 apud ARRIGHI e SILVER, 2025, p. 40). Como estação dos grandes avanços capitalistas, as expansões financeiras são também o outono das estruturas hegemônicas.

As expansões financeiras foram historicamente momentos de transformação estrutural do moderno sistema de Estados nacionais soberanos. Elas foram um aspecto integrante das crises hegemônicas e da eventual transformação dessas crises em colapsos. Essa transformação é tratada como “caos sistêmico” por Arrighi e Silver (2025: 41-42), que ocorre “a partir da interação da concorrência interestatal e interempresarial mais intensa, da escalada dos conflitos sociais e da emergência intersticial de novas configurações de poder. O caos sistêmico [é] uma situação de desorganização aguda e aparentemente irremediável”. Mas, é também o momento em que se forjam novas hegemonias.

Enormes mudanças vêm ocorrendo no sistema que forma o mundo moderno indicando, para os referidos autores, que há crise sistêmica. O período atual é de declínio e

crise da hegemonia mundial norte-americana que guarda semelhanças com a transição de hegemonia anteriores.

Novos arranjos monetários e financeiros regionais estão emergindo (SPFS russo, CIPS chinês, petrorenminbi). A autoridade dos EUA sobre as regras do jogo financeiro global está sendo desafiada pelo BRICS. Na perspectiva de Arrighi (2008), isso não representa ainda uma nova hegemonia (talvez chinesa), mas sim um momento de transição sistêmica – “sem hegemonia”. O exemplo anterior de transição sistêmica sem hegemonia – o período 1914-1945 – compreende duas guerras mundiais e uma profunda crise no centro do sistema.

Vale destacar que transições não obedecem a uma lógica linear, nem implicam automaticamente que a atual segunda potência (China) vá ocupar o lugar dos EUA como novo polo hegemônico. Podemos enfrentar por período indeterminado uma transição sem hegemonia, marcada por um multilateralismo instável, conflitos bélicos de alta intensidade, o surgimento de alternativas de blocos de poder (como o BRICS, ou a Nova Rota da Seda) e de inéditas potências emergentes. O que se tem como certo é uma fragmentação da ordem global liderada pelo Ocidente.

3. HEGEMONIA EM DECLÍNIO E DESDOLARIZAÇÃO

Dois eixos da hegemonia dos EUA estão em xeque neste primeiro quartel do século XXI: sua moeda, que tende a perder força como meio de troca e reserva de valor, e o enfraquecimento relativo de sua superioridade militar.

Uma visível tendência de desdolarização avança a partir da China, impulsionada por movimentos internacionais que ocorreram nas últimas duas décadas.

Entre outros, são: a crise financeira de 2008-2009; um aumento do ativismo e da agressividade diplomática chinesa, uma mudança qualitativa em seu modelo econômico, pautado pela Nova Rota da Seda e pelo plano *Made in China 2025*, que transformou o país em uma superpotência de alta tecnologia, após a posse de Xi Jinping, em 2013. Além desses, cabe mencionar a ação do Federal Reserve (Fed, Banco Central dos EUA) nos períodos 2012-2014 e 2020-2022; a guerra na Ucrânia (2022 até o período atual) e a política de tarifas de Donald Trump, em 2025.

Logo após a crise de 2008, o Fed rasgou as cartilhas da ortodoxia e adotou políticas monetárias anticíclicas – como o *quantitative easing*, ou expansão da oferta de moeda – para salvar o sistema bancário e estimular a economia.

O impacto buscado com a forte injeção de liquidez estatal no sistema reduziu taxas de juros de longo prazo, visando aquecer a economia através de impulsos ao investimento e ao consumo. A taxa de juros básica (*federal funds rate*) caiu, chegando a patamares entre 0% e 0,25% ao ano, por longo tempo. Países detentores de títulos públicos americanos se depararam com baixos resultados para suas aplicações financeiras. Isso os levou a procurar oportunidades em outros ativos.

A China, que vinha comprando títulos dos EUA desde as duas últimas décadas do século XX, iniciou, a partir de 2014, um movimento de paulatina redução de exposição nesses papéis. O auge de sua participação se deu entre 2013-2014, alcançando um pico de US\$ 1,3 trilhão, tornando-se a maior detentora externa dos títulos. Em fevereiro de 2025 o nível havia baixado para US\$ 784,3 bilhões, queda de 40% em relação à década anterior, segundo dados do Departamento do Tesouro dos EUA.

Outro sintoma de recuo em relação ao dólar se dá na busca por sistemas alternativos de compensação internacionais. A Rússia criou o SPFS (Sistema de Transferência de Mensagens Financeiras), em 2014, como resposta direta à crescente preocupação de isolamento financeiro, após o golpe de extrema-direita na Ucrânia, naquele ano. Desde 2015, a China passou a ter um sistema de pagamento próprio chamado CIPS (*Cross-Border Interbank Payment System*, também conhecido como *China Interbank Payments System*). Dez anos depois, diante da política de tarifas do governo Donald Trump, o Banco Central chinês anunciou que seu sistema digital de pagamentos em sua moeda está totalmente conectado aos dez países da ASEAN (Associação de Nações do Sudeste Asiático) e seis do Oriente Médio, o que implica cerca de 38% do comércio global. O sistema apresenta vantagens. A liquidação leva sete segundos contra dois a cinco dias do SWIFT. Até aqui, 23 Bancos Centrais estão testando a modalidade e 87% dos países são compatíveis com seus procedimentos. O corte de custos varia entre 75% e 90% em relação ao sistema americano (ASIA TIMES, 2025).

O SPFS foi interligado ao CIPS, permitindo que empresas russas e chinesas realizem pagamentos diretos usando rublos ou renminbis, sem a intermediação do SWIFT ou do dólar.

4. TRAUMATISMO UCRANIANO

O fator fundamental em direção à desdolarização foi a guerra na Ucrânia, como mencionado no início. Sanções sem precedentes foram impostas à Rússia pelo Ocidente,

somando-se ao confisco de grande parte de suas reservas, ao banimento do SWIFT e bloqueio ao comércio e ao mercado de créditos. Venezuela, Irã, Afeganistão, Nicarágua, Síria, Líbia, Coreia do Norte, Cuba e outros 13 países já haviam sido alcançados por punitivismo equivalente. Mas, com a Rússia foi mais grave. Não se tratava de um pequeno país, mas de uma grande potência nuclear. O dólar foi mais uma vez usado como arma de intimidação econômica e política. A mensagem assustou até aliados de longa data, como Arábia Saudita, Egito e Turquia.¹

Uma tendência desse mesmo período foi a alteração na estrutura do comércio internacional de petróleo. As transações passaram a ser feitas em renminbi ou em outras moedas, no caso de alguns países do BRICS. Os Emirados Árabes Unidos (EAU) pararam de usar o dólar nas suas negociações de petróleo, logo após seu ingresso no BRICS, em 2024. A Arábia Saudita começou a vender o óleo para a China em moeda desta última. Surge o “petro-renminbi” digital nos pagamentos entre diferentes fronteiras.

Os hidrocarbonetos russos exportados para o Leste e para o Sul estão sendo vendidos em meios circulantes dos compradores. Índia, China e Turquia buscam alternativas ao dólar. Na lista de motivos que impulsionam a desdolarização acrescenta-se o fato de que, pela primeira vez em vinte anos, é substancialmente mais barato realizar empréstimos de curto prazo em renminbi do que em dólares: as taxas de juros são mais baixas. (GRAHAM e TRAN, 2024).

A desdolarização foi um dos principais temas debatidos entre os chefes de Estado presentes na XVI Cúpula do BRICS, realizada em Kazan, Rússia, em outubro de 2024. Em sua declaração final, extenso texto de 134 parágrafos, os países membros destacam em cinco deles a necessidade do uso de outros meios em financiamentos do NDB (Novo Banco de Desenvolvimento, o Banco do BRICS).

O documento sublinha a importância do “uso de moedas locais em transações financeiras entre os países do BRICS e seus parceiros comerciais”. (BRICS, 2024)”. A cúpula seguinte, realizada no Rio de Janeiro, em 2025, reforçou as manifestações de Kazan incentivando as transações comerciais entre os membros com a utilização de moedas locais, assim como o uso de sistemas de pagamentos alternativos para compensação de transações internacionais. O impacto político foi tão relevante que rendeu, de imediato, ao Brasil,

¹ Em 31.01. 2025, Donald Trump postou o seguinte na rede X: “Vamos exigir um compromisso desses países, que aparentam ser meio hostis, de que eles não vão criar uma nova moeda Brics, nem vão apoiar o uso de nenhuma outra moeda para substituir o poderoso dólar americano. Caso contrário, vão ter de enfrentar tarifas de 100% e podem dizer adeus a vendas para a maravilhosa economia dos EUA”.

China e Índia a imposição das mais elevadas tarifas retaliatórias do governo Trump. Ficou evidente que não se tratava de um ataque comercial, mas de confronto geopolítico pela manutenção do domínio da moeda.

Nesse complexo processo de saída da economia do dólar, o avanço é lento, embora constante. Nesse ponto, o ouro tem se mostrado alternativa segura, com o preço tendo subido 343% em termos reais entre 2000 e 2025.

A Pesquisa de Reservas de Ouro dos Bancos Centrais (CBGR) de 2025, realizada pelo *World Gold Council*, esclarece a importância do acúmulo desse metal quando os tempos se tornam desafiadores. Os BCs acumularam mais de mil toneladas de ouro por ano entre 2022 e 2024, aumento significativo em relação à média de 400 a 500 toneladas/ano da década anterior. Essa acelerada acumulação metálica em substituição ao dólar ocorre em cenário de fortes incertezas.

Uma das expressões do movimento de substituição do dólar por ouro na composição das reservas internacionais pode ser observada na atuação do banco central da China. O gráfico 1 mostra uma queda de 42% na participação dos títulos dos EUA entre 2013 e o primeiro trimestre de 2025, enquanto subia a parcela mantida em ouro, que alcança 6,5% das reservas chinesas.

GRÁFICO 1

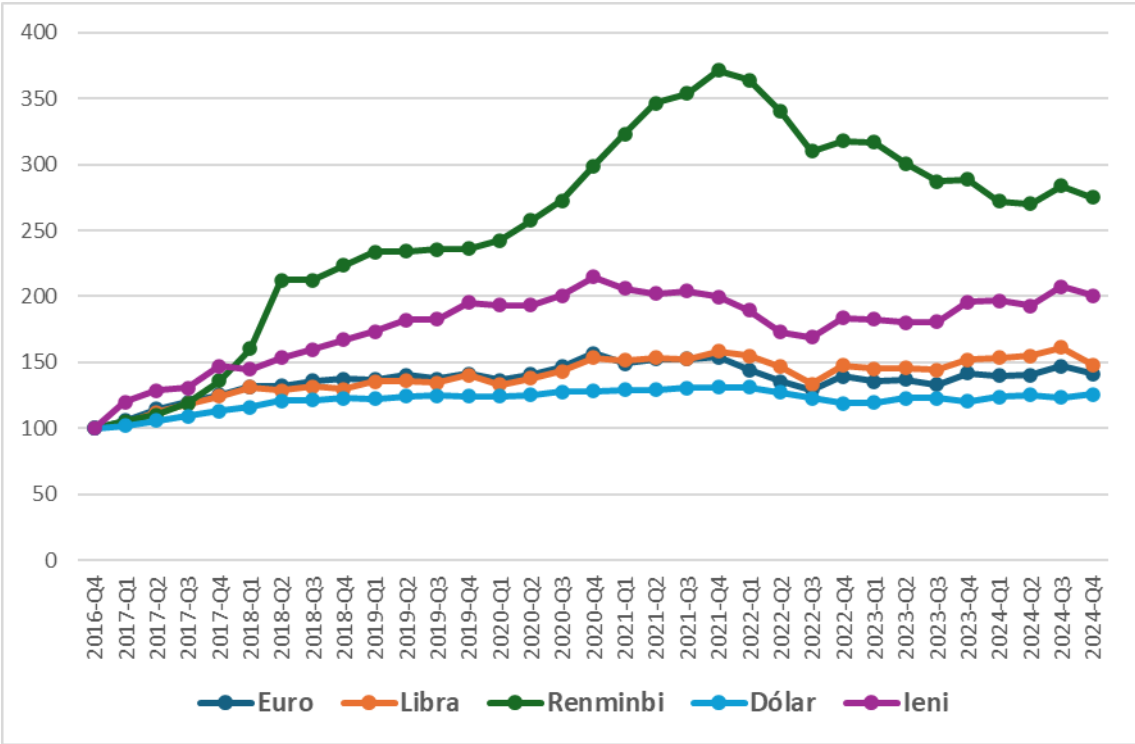


Fonte: China's Gold Strategy Quietly Challenging US Dollar's Global Dominance | Investing.com

O gráfico 2 expressa uma interessante perspectiva da disputa pela hegemonia. As curvas medem a taxa de crescimento anual da participação relativa de cada moeda na composição das reservas internacionais no período 2016-2024. O ponto de referência é o quarto trimestre do ano de 2016 (ano base 100), uma vez que os dados disponíveis para a moeda chinesa se iniciam naquele ano. Nota-se que o renminbi foi, de longe, a moeda que mais aumentou de participação no estoque de reservas internacionais, crescendo 175% entre 2016 e 2024. Em seguida vêm o iene e a libra, assumindo a segunda e terceira posições entre as moedas. Por outro lado, o dólar está na posição da moeda de menor taxa de expansão, com crescimento total de 26% no período. O euro apresenta crescimento pouco expressivo na composição das reservas, com resultados próximos ao do dólar e inferiores aos da libra.

GRÁFICO 2

Evolução da Taxa de Participação das Moedas nas Reservas Cambiais - 2016 – 2024.
Ano base: 2016/Q4 = 100



Fonte: Fundo Monetário Internacional (FMI). Currency Composition of Official Foreign Exchange Reserves (COFER). Elaboração própria.

5. PADRÃO DE ACUMULAÇÃO DA ECONOMIA ESTADUNIDENSE

As raízes dos questionamentos à hegemonia do dólar também guardam correlação com as condições do padrão de acumulação financeirizada da economia estadunidense, implantada na era Ronald Reagan (1981-1989).

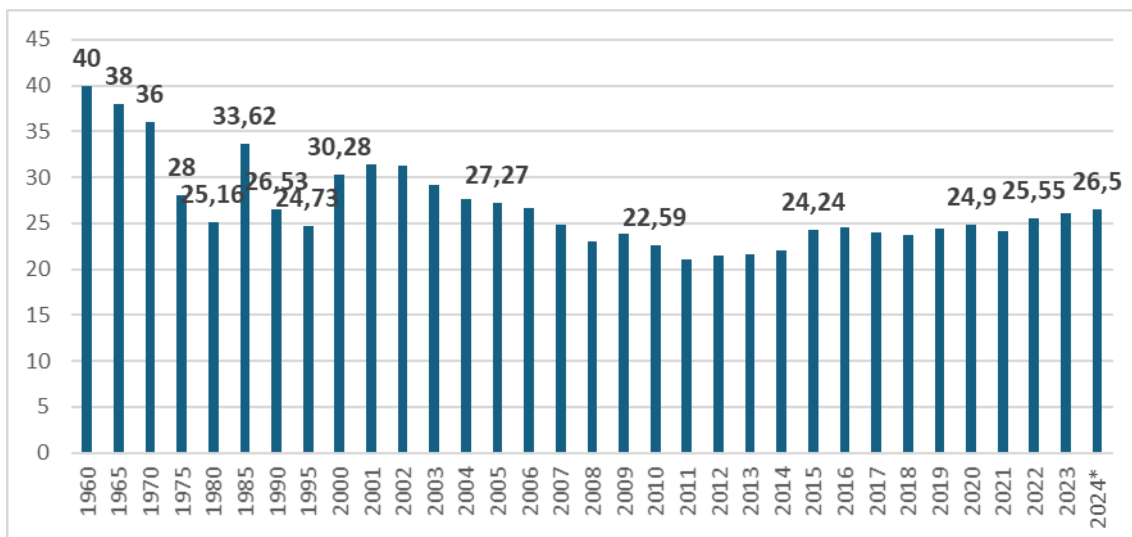
Para Lapavistas (2016), a financeirização transformou a economia dos EUA ao priorizar os lucros financeiros em detrimento do investimento produtivo, levando ao declínio industrial e ao aprofundamento da desigualdade social. Para o autor, a subordinação do capital industrial aos imperativos financeiros esvaziou as estruturas de produção e exacerbou a vulnerabilidade da economia.

Palley (2007; 2013), afirma que a financeirização representa o estágio mais recente do desenvolvimento do capitalismo. Para o autor, a financeirização contribuiu para a destruição da base industrial dos EUA, a estagnação dos salários e o surgimento de um modelo de crescimento impulsionado pela dívida, propenso a crises. -

Dados de séries históricas longas revelam a redução relativa da participação dos EUA no PIB mundial (Gráfico 3). Em 2024 o PIB norte-americano representava 26,5% do PIB global, quando, em 1960, correspondia a 40%. Parte da explicação para esse desempenho está no crescimento mais acelerado de economias emergentes, como China e Índia. A primeira, por exemplo, saiu de uma participação global de cerca de 2% nos anos 1980 para mais de 18% em 2024 (medido por PPP). Em parte, a queda da participação do PIB dos EUA também se explica pela transferência de parcela de sua produção para países como México, Vietnã e, principalmente, China. Entretanto, a razão fundamental parece ser a reestruturação econômica do país, em favor da financeirização.

GRÁFICO 3

Participação Percentual do PIB dos EUA no PIB Global (%) – 1960 – 2024

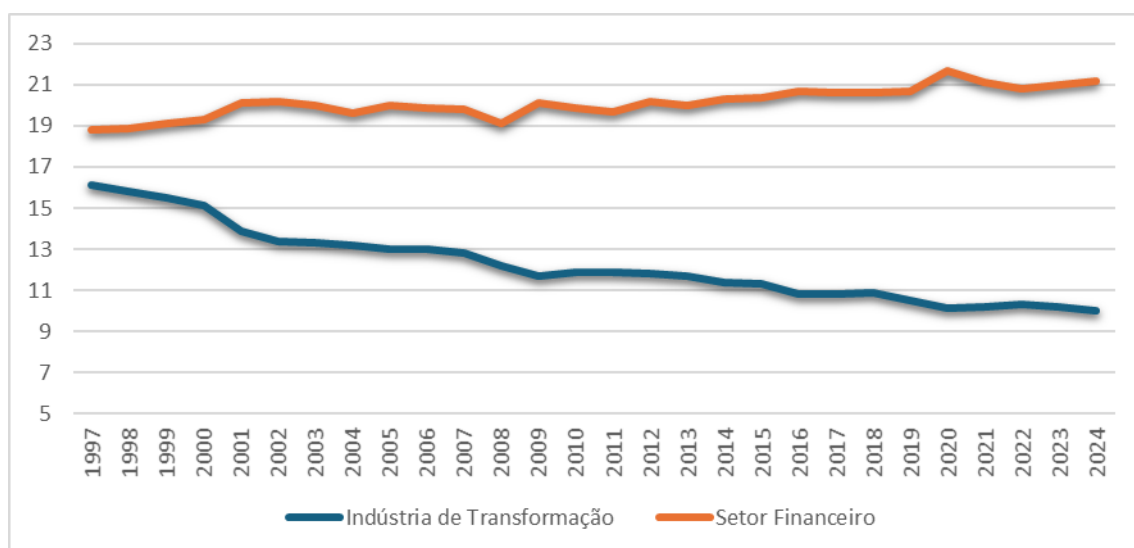


Fonte: World Development Indicators – World Bank. Elaboração própria

Os dados da economia real mostram desindustrialização acentuada e crescimento da participação relativa do setor financeiro no PIB dos EUA (Gráfico 4). Em 1997, a indústria de transformação participava com 16,1% no PIB. Em 2024, esse percentual foi de apenas 10%. O setor financeiro, ao contrário, se expandiu de 19% em 1997 para 21% em 2024. A obtenção de lucros ocorre principalmente na esfera financeira (KRIPPINER 2005) e pelo impulso das indústrias do complexo industrial-militar.

Gráfico 4

EUA: Valor adicionado da Indústria de Transformação e do Setor Financeiro como porcentagem do PIB: 1997 – 2024



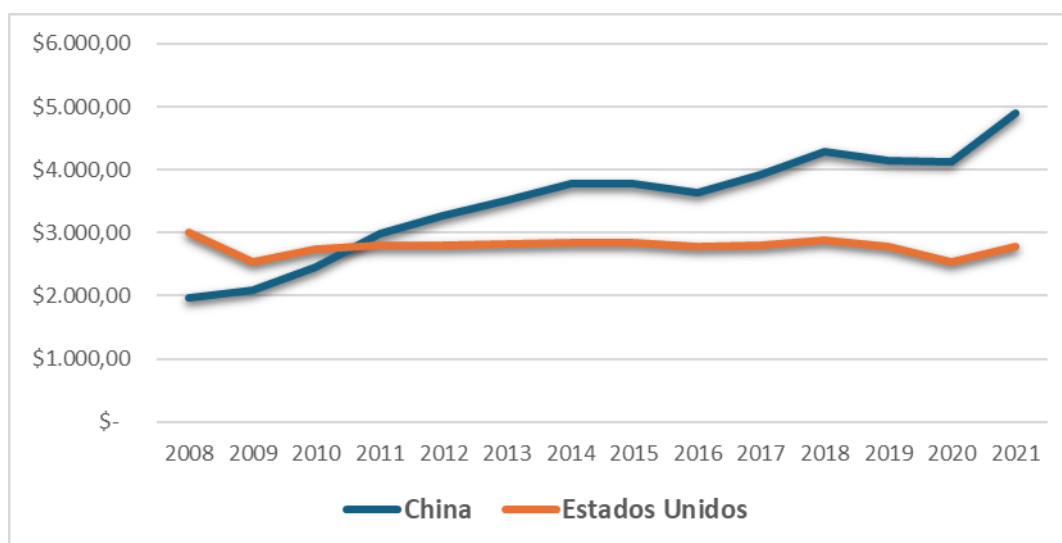
Fonte: Bureau of Economic Analysis. Elaboração própria.

Essa condição estrutural de economia financeirizada desfavorece a posição de liderança econômica imperial norte-americana. O gráfico 5 compara a evolução do valor adicionado da indústria de transformação da China e Estados Unidos. Nota-se que, em 2011, o país asiático ultrapassou os EUA. Em 2024, o valor agregado da indústria de transformação chinesa era duas vezes maior que a dos Estados Unidos.

GRÁFICO 5

China e EUA: valor adicionado da indústria de transformação 2008-2021.

Em US\$ de 2021

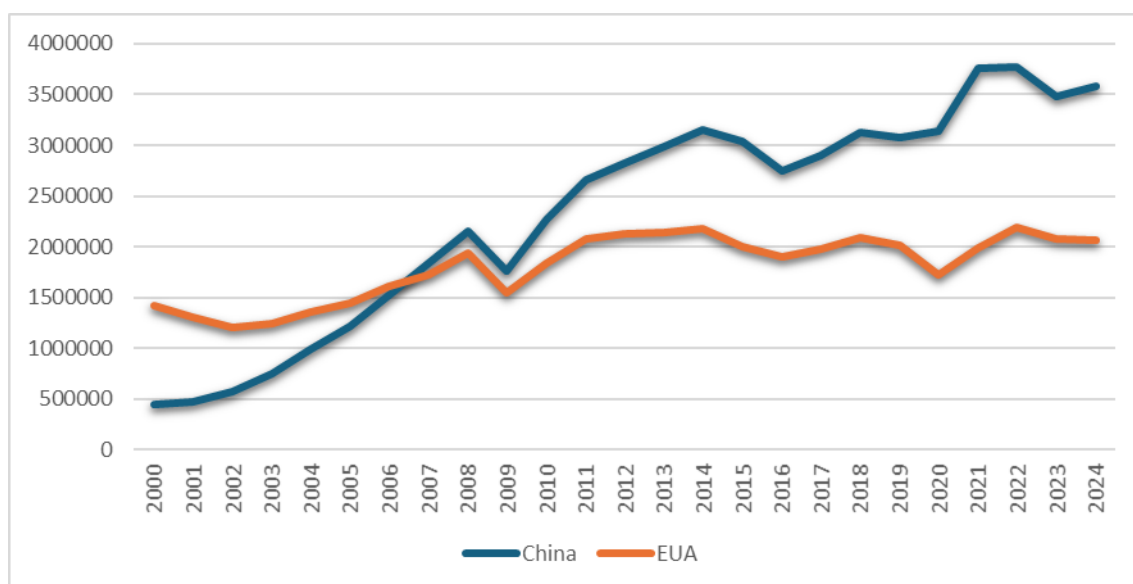


Fonte: United Nations Industrial Development Organization (Unido). Elaboração própria. Deflator: CPI.

O mesmo se dá com a participação relativa no comércio global de ambos os países, com as exportações orientais superando as dos EUA a partir de 2007, tornando-se 73% maiores em 2024. As cadeias globais de valor foram reorganizadas, com a China transformando-se em centro fornecedor desde insumos básicos até produtos finais, o que acabou por tornar os EUA (e países do Ocidente) dependentes da indústria chinesa.

GRÁFICO 6

EUA e China: participação das exportações (US\$ milhões de 2024)



Fonte: U N Conference on Trade and Development – UNCTADstat. Deflator: CPI. Elaboração própria.

É preciso ainda considerar a política de tarifas do segundo governo Trump. Anunciada como parte de uma lógica de repatriação de indústrias e empregos, ela vem sendo usada como ferramenta de pressão política. As tarifas sobre produtos chineses partiram de 10% até chegar a 145% em abril de 2025, recuando mais tarde para 30% após período de mais de um mês em que a economia mundial viveu fortes tensões com o desmonte do comércio internacional.

A política tarifária de 2025 convergiu para o impulso de enfraquecer o dólar em escala mundial. Pelo menos três fatores explicam essa tendência. O primeiro deles é que as tarifas geraram fortes incertezas sistêmicas diante das tensões que envolveram as negociações com os governos de cada país. (ANDERSON, 2023).

Além disso, as tarifas geraram previsões de surto inflacionário na economia norte-americana, decorrentes de interrupções nas cadeias de oferta interna, em função de aumentos no custo de insumos e produtos finais importados, acentuando as dúvidas sobre o valor real do dólar. Detentores de divisas iniciaram a busca por ativos em moedas ou ativos mais seguros, pressionando pela desvalorização do dólar.

O segundo fator foram os ataques à independência do Federal Reserve (Fed), considerado uma instituição de referência máxima para a estabilidade e segurança do mercado financeiro mundial. Donald Trump ameaçou, por várias vezes, demitir o presidente da instituição, Jerome Powell, por resistir em cortar a taxa de juros de referência,

antes de seu mandato expirar. A redução dos juros é um mecanismo essencial para a desvalorização almejada uma vez que reduz a atratividade dos ativos em dólar. Com essa prática, a Casa Branca sinalizou para o mercado financeiro que a taxa de rentabilidade tenderia a cair no futuro.

O terceiro fator decorre das diretrizes fiscais do governo Trump. . O *One big beautiful bill act* foi sancionado pelo presidente na simbólica data de 4 de julho de 2025. Trata-se de um pacote de medidas que, entre outras, elevou o teto da dívida dos EUA em cerca de US\$ 5 trilhões, aprovou a redução de impostos para os mais ricos, com perda de receita estimada entre US\$ 3,3 e 4,6 trilhões até 2034 e corte de gastos sociais de mais de US\$ 1 trilhão, como o Medicaid, assistência alimentar (SNAP) e programas de energia limpa. O Congressional Budget Office projeta um acréscimo de US\$ 3 trilhões à dívida pública até 2034, subindo de 100% para até 133% do PIB, dependendo das taxas de juros. O déficit chegaria a 7% do PIB em 2026 e os custos com juros dobrariam, atingindo US\$ 1,8 trilhão em 2034 ([CBO Estimates \\$3 Trillion of Debt from House-Passed OBBBA-2025-06-04](#)).

A estratégia é vista como ameaça à sustentabilidade fiscal dos EUA na visão conservadora que rege as análises da teoria econômica *mainstream*, ainda que o país seja emissor da moeda universal e tenha uma capacidade quase ilimitada para administrar a dívida pública.

Um interessante recorte pode ser agregado aos componentes que assinalam a crescente fragilidade do dólar. Desta vez, a ameaça vem do Brasil. No país foi criado o PIX, um sistema de pagamento instantâneo produzido pelo Banco Central que permite transferências e pagamentos eletrônicos de forma fácil, rápida e segura, e está disponível em aplicativos de bancos através de celulares para pessoas físicas e jurídicas. O PIX reduziu os custos de movimentações bancárias e pagamentos. Para consumidores e microempreendedores o sistema é gratuito. Empresas pagam um valor inferior aos exigidos pelo uso de cartões. Em julho de 2025, a Casa Branca se voltou contra o sistema, alegando ser um instrumento que promove prática comercial desleal contra *big techs* e prejudica empresas que operam com cartões de crédito, como os dois poderosos segmentos norte-americanos Visa e Mastercard. A questão central é que o PIX é um sistema estatal, utilizado por 93% dos brasileiros e está substituindo rapidamente tanto o dinheiro vivo quanto os cartões. O mais relevante, no entanto, é seu uso por estabelecimentos da América Latina e

França, o que ameaça o domínio do dólar (e do sistema SWIFT) no comércio internacional.

O efeito imediato do conjunto de dinâmicas descritos acima tem sido a redução da exposição ao dólar e um maior impulso para a internacionalização do renminbi, principalmente em setores como energia e *commodities*. Um surpreendente questionamento à centralidade monetária atual não é feito apenas pela China, mas também por parceiros europeus da Casa Branca. Em 26 de maio de 2025, Cristine Lagarde, presidenta do Banco Central Europeu (BCE) disse o seguinte, em conferência da instituição, realizada em Berlim:

Nos últimos 80 anos (...), ao defender um sistema internacional baseado em regras e ancorar o dólar como moeda de reserva mundial, os Estados Unidos prepararam o cenário para o florescimento do comércio e a expansão das finanças. Essa ordem global provou ser imensamente benéfica para a União Europeia (...). Mas hoje ela está se fragmentando. (...) Há até mesmo incerteza quanto à pedra angular do sistema: o papel dominante do dólar americano. (EUROPEAN CENTRAL BANK, 2025)

6. MOEDA E GUERRA

Voltemos à articulação entre indústria bélica e hegemonia. Existe uma relação estreita, porém indireta, entre o poder do dólar e o poder militar dos Estados Unidos. Nunca é demais repetir que o dólar foi imposto ao mundo na conferência de Bretton Woods, em julho de 1944, no fim da II Guerra Mundial, quando o país propagava sua supremacia bélica planetária como vencedor do conflito. Vale a pena ler David Harvey a esse respeito:

Os Estados Unidos saíram da II Guerra Mundial como a potência dominante. Eram líderes na tecnologia e na produção. O dólar (apoiado por boa parte do estoque de ouro do mundo) reinava supremo, e o aparato militar do país era superior a qualquer outro. Seu único oponente digno de nota era a União Soviética que, no entanto, perdera vastos contingentes de sua população e sofrera uma terrível degradação de sua capacidade industrial e militar em comparação com os Estados Unidos (HARVEY, 2005: 48).

A primazia do dólar esteve diretamente associada à presença bélica dos EUA em centenas de bases militares em posições intimidadoras sobre a maioria dos países. A série ininterrupta de guerras em diversas regiões do mundo tem sido a marca da hegemonia do dólar, sustentada pela desmedida capacidade de financiamento dos títulos da dívida pública dos Estados Unidos (METRI, 2024).

A supremacia militar tem sido questionada por China e Rússia, que exibem crescimento acelerado do gasto em defesa e destacado avanço em tecnologia bélica. Em

2024, os dois países gastaram nessa área US\$ 317,6 bilhões e US\$ 150,5 bilhões, respectivamente. Se compararmos com o ano 2000, o crescimento do gasto na China aumentou em 7,5 vezes, no caso da Rússia em 6,3 vezes e apenas 1,7 vezes no que toca os EUA. Em 2000, Rússia e China representavam juntas 12% do gasto com defesa dos EUA e em 2024, a porcentagem era de 48,3%. Apesar de significativos, os montantes chineses e russos estão bem abaixo do investimento estadunidense, que totalizou US\$ 968 bilhões em 2024 (SIPRI, 2024). O fato dos Estados asiáticos deterem arsenais atômicos, somado ao desempenho russo na Ucrânia, torna limitadas as pressões que a Casa Branca pode exercer contra as estratégias de desdolarização.

A luta pela supremacia do dólar é a luta pela manutenção e expansão do imperialismo. Não parece haver pacto de convivência possível entre um poder estabelecido e um poder desafiante, num mundo em que “as relações interestatais apresentam uma característica original que as distingue de todas as outras relações sociais: desenrolam-se à sombra da guerra” (ARON, 2018, p. 7).

CONCLUSÕES INCONCLUSAS

O sistema-mundo contemporâneo é marcado por uma rivalidade hegemônica crescente entre os Estados Unidos e a China, centrada no controle da ordem monetária global. Há movimentos geopolíticos e geoeconômicos de envergadura. O dólar vive seu pior momento desde de 1971, quando o governo Nixon abandonou o lastro metálico acordado multilateralmente em 1944, na conferência de Bretton Woods.

O presente artigo buscou examinar o atual momento e fazer um balanço crítico do processo de desdolarização. O tema foi associado a fatos históricos marcantes, como a crise de 2008, a adoção do *quantitative easing*, que levou a taxa de juros patamares próximos de zero na década seguinte, o volume sem precedentes de títulos do tesouro americano vendido pela China e, sobretudo, à política externa de Washington, ao impor bloqueios econômicos sobre a Rússia após a guerra na Ucrânia iniciada em 2022. As incertezas aumentaram após o movimento desafiador de libertação do colonialismo financeiro do BRICS, liderados por China e Rússia, acompanhado pela reação agressiva da política tarifária do governo Trump, em 2025.

O potencial enfraquecimento do dólar como moeda universal é aqui compreendido como sintoma da disputa de hegemonia entre Estados Unidos e China. O país asiático surge como potência desafiadora em muitos sentidos: por ser portador de forças produtivas

complexas; por ter construído um poderio militar atômico significativo e contar, nesse campo, com sólida aliança com a Rússia; e por ter um sistema social que se propõe a construir o socialismo.

Ao longo das últimas três décadas, as assimetrias de poder e a desigualdade nas correlações de forças frente aos Estados Unidos se reduziram. Assim, a China vem lentamente imprimindo uma dinâmica expansiva de poder econômico e de ampliação do espaço de circulação de sua moeda nacional para além de suas fronteiras territoriais. Isso tende a reproduzir um impulso semelhante àquele da Inglaterra nos séculos XVII-XIX e dos Estados Unidos nos séculos XX-XXI.

A constatação de que os EUA usam o dólar como instrumento de coerção geopolítica revela que a moeda está no centro do esforço pela manutenção da hegemonia global. A crise da hegemonia norte-americana, sob a inspiração da visão de Gramsci e Arrighi, é resultado do esgotamento de um longo ciclo produtivo dos Estados Unidos, da intensificação da concorrência com a China, da escalada dos conflitos bélicos em várias frentes e do surgimento de novas configurações de poder. A financeirização é apontada no artigo como um padrão estrutural que está provocando a mudança do epicentro da economia política global e definindo os rumos da desdolarização.

A latente perda de credibilidade da moeda hegemônica alcança o sistema do petrodólar, um dos pilares fundamentais de sua demanda universal: o mercado da *commodity* energética mais importante do capitalismo. Pequim e Moscou criaram um espaço para operações com óleo e gás em renminbi e rublo gerando um cenário perturbador da hegemonia do dólar.

É preciso, por fim, ressaltar dois aspectos inéditos das tensões globais atuais. A primeira parte da constatação de que o dólar tenha possivelmente enfrentado uma crise de credibilidade maior que a atual, na primeira metade dos anos 1970. A implosão dos acordos de Bretton Woods, com o rompimento unilateral do padrão ouro-dólar por parte dos EUA (1971), a crise política interna ao país, que foi dos protestos de massa contra a guerra do Vietnã (1968-73) à renúncia de Richard Nixon (1974), e a derrota militar no Vietnã (1975) colocaram em xeque a credibilidade imperial e a própria moeda estadunidense. Mas a hegemonia foi mantida, por um motivo hoje claro: a inexistência de um concorrente. Agora há enfrentamento. Não se trata apenas do crescimento da economia chinesa, mas do fato objetivo da disputa pela hegemonia global estar em curso, criando fontes de pressão e enfrentamento ao dólar.

O segundo aspecto se dá no entendimento pleno do significado de crise hegemônica. Mesmo que os EUA percam a hegemonia mundial, isso não significa que sua capacidade de dominação esteja perdida. Como já detalhado páginas atrás, hegemonia implica coerção, convencimento e liderança moral, ou seja, a capacidade de fazer ver ao conjunto do sistema interestatal que determinado país representa o interesse geral.

Entre o final da II Guerra e a crise de 2008, Washington ergueu as bandeiras do combate ao comunismo, ao terrorismo, a defesa de democracia e da liberdade como valores universais para travar inúmeras guerras e legitimar seu unilateralismo. Tais argumentos estão em declínio. A batalha de tarifas, a oposição a aliados estratégicos na Europa, na América Latina e na Ásia e chantagens bélicas em várias situações vêm quebrando a autoridade moral do Império.

O declínio da hegemonia americana está em curso avançado. O enfraquecimento do dólar e a sua substituição por um novo sistema monetário global, assim como a criação de um sistema de pagamentos alternativo ao SWIFT, será o último estágio da crise de transição hegemônica. A desdolarização equivale a um movimento de características revolucionárias, pois resulta na libertação de nações que assumiram uma posição independente e autônoma aos EUA após décadas de expropriação, conflitos, sanções e punições.

Há fortes indicativos de que, com o aprofundamento veloz da disputa interestatal, os Estados Unidos estejam entrando num novo período, de dominação sem hegemonia, no qual o uso da violência não conhecerá limites para garantir sua liderança.

10. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AKÇAGÜN, P.; ELVEREN, A. Y. *Financialization and militarization: an empirical investigation*. Political Economy Research Institute (PERI), Working Paper, n. 545, jun. 2021.

ALVES, A. R. C. O conceito de hegemonia: de Gramsci a Laclau e Mouffe. *Lua Nova*, São Paulo, n. 80, p. 71-96, 2010.

ANDERSON, P. *Afinidades seletivas*. São Paulo: Boitempo, 2002.

ANDERSON, P. The standard of civilization. *New Left Review*, Londres, n. 143, set./out. 2023.

ARON, R. *Paz e guerra entre as nações*. Brasília: Martins Fontes; Editora UnB, 2018.

ARRIGHI, G. *Adam Smith em Pequim: origens e fundamentos do século XXI*. São Paulo: Boitempo, 2008.

ARRIGHI, G. *O longo século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

REFERÊNCIAS

- ARRIGHI, G.; SILVER, B. *Caos e governabilidade no moderno sistema mundial*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2025.
- ASIA TIMES. The coming US-China financial divorce. 18 abr. 2025. Disponível em: <https://asiatimes.com/2025/04/the-coming-us-china-financial-divorce/>. Acesso em: 2 ago. 2025.
- BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. *Dicionário de política*. v. 1. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.
- BRAUDEL, F. *Civilization and capitalism, fifteenth-eighteenth century*. v. 2: The wheels of commerce. Nova York: Harper and Row, 1984.
- BRICS. Declaração de Kazan: “Fortalecendo o multilateralismo para o desenvolvimento e a segurança globais justos”. 23 out. 2024. Disponível em: https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/xvi-cupula-do-brics-2013-kazan-russia-22-a-24-de-outubro-de-2024-declaracao-final. Acesso em: 5 ago. 2025.
- CHESNAIS, F. *Mundialização do capital*. São Paulo: Xamã, 1996.
- CNN. Lula defende moeda alternativa ao dólar para transações entre integrantes do Brics. 23 out. 2024. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/lula-defende-moeda-alternativa-ao-dolar-para-transacoes-entre-integrantes-dos-brics/>. Acesso em: 18 ago. 2025.
- CONGRESSIONAL BUDGET OFFICE. *Tendências na distribuição do patrimônio familiar, 1989 a 2022*. Washington, out. 2024.
- DEPARTMENT OF DEFENSE. *Defense budget overview*. Washington, 2024. Disponível em: <https://www.defense.gov/Spotlights/FY2025-Defense-Budget/>. Acesso em: 18 ago. 2025.
- EUROPEAN CENTRAL BANK. Speech: earning influence: lessons from the history of international currencies. Berlim, 26 maio 2025. Disponível em: <https://www.ecb.europa.eu/press/key/date/2025/html/ecb.sp250526~d8d4541ce5.en.html>. Acesso em: 18 ago. 2025.
- GRAHAM, N.; TRAM, H. Dedollarization is not just geopolitics, economic fundamentals matter. *Atlantic Council*, 2024. Disponível em: <https://www.atlanticcouncil.org>. Acesso em: 23 jul. 2025.
- GRAMSCI, A. *Cadernos do cárcere*. v. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- GRAMSCI, A. *Cadernos do cárcere*. v. 3: *Maquiavel. Notas sobre o Estado e política*. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.
- GRAMSCI, A. *Maquiavel, a política e o Estado moderno*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- GRUPPI, L. *O conceito de hegemonia em Gramsci*. Rio de Janeiro: Graal, 1978.
- HARVEY, D. *O novo imperialismo*. São Paulo: Loyola, 2005.
- J.P. MORGAN. *Desdolarização: o fim do domínio do dólar?* 2024.
- KRIPPNER, G. R. The financialization of the American economy. *Socio-Economic Review*, v. 3, p. 173–208, 2005.
- KUPFER, J. P. Dólar mais fraco, porém mantendo hegemonia, é o combo inviável de Trump. *UOL*, 23 jul. 2025. Disponível em: <https://economia.uol.com.br/columnas/jose-paulo-kupfer/2025/07/23/dolar-mais-fraco-mas-sem-perder-a-hegemonia-e-o-combo-inviavel-de-trump.htm>. Acesso em: 2 ago. 2025.
- LAPAVITSAS, C. *Benefícios sin producción: cómo se explotan las finanzas*. Madri: Traficantes de Sueños, 2016.
- LENIN, V. I. Mais uma vez sobre os sindicatos, o momento atual e os erros dos camaradas Trótsky e Bukhárin. In: _____. *Obras escolhidas*. v. 3. São Paulo: Alfa-Ômega, 1980.
- METRI, M. *História e diplomacia monetária*. São Paulo: Dialética, 2023.
- PALLEY, T. *Financialization: what it is and why it matters*. The Levy Economics Institute, Working Paper n. 525, dez. 2007.
- PALLEY, T. *Financialization: the economics of finance capital*. 2013.

PODUR, J. La de-dollarizzazione è in corso. *A Terra é Redonda*, 7 maio 2023. Disponível em: <https://it.atterraeredonda.com.br/a-desdolarizacao-esta-em-andamento/>. Acesso em: 18 ago. 2025.

POLANYI, K. *A grande transformação: as origens de nossa época*. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

PORTELLI, H. *Gramsci e o bloco histórico*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

SIPRI. *Military expenditure by country*, 2024. Stockholm International Peace Research Institute. Disponível em: <https://www.sipri.org>. Acesso em: 2 jul. 2025.

STOCKHAMMER, E. The finance-dominated accumulation regime, income distribution and the present crisis. *Papeles de Europa*, Áustria, n. 19, p. 58–81, 2009.

TOGLIATTI, P. *Antonio Gramsci*. Lisboa: Seara Nova, 1975.

Disponível em: <https://www.atlanticcouncil.org>. Acesso em: 18 ago. 2025.

TUCÍDIDES. *A história da guerra do Peloponeso*. Brasília: Editora Universidade de Brasília; Imprensa Oficial de São Paulo; Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, 2013.

WALLERSTEIN, I. *The politics of the world-economy: the states, the movements, and the civilizations*. Cambridge: Cambridge University Press, 1984.